

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Título: Eficiência entre os municípios mineiros emancipados antes e após a Constituição Federal de 1988

Autor: Valtencir Natal Pereira

Orientador: Luiz Antônio Abrantes

Data da defesa: setembro de 2009

A descentralização político-administrativa ocorrida no Brasil nos anos 90 surgiu como estratégia para tratar problemas de gestão pública, acreditando-se que a descentralização administrativa, mediante a transferência de autoridade para os governos locais, fosse conferir maior possibilidade de reivindicação aos membros da comunidade, possibilitando assim uma melhoria na aplicação das receitas e acesso aos serviços públicos urbanos a um maior número de pessoas. Dentro dessa ideia de que descentralizar era conferir maior democratização do poder político e maior eficiência e eficácia da gestão pública, é que foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que deflagrou um processo desordenado de proliferação de novos municípios por várias Unidades da Federação. Minas Gerais foi um dos Estados brasileiros que vivenciaram de forma mais intensa esse processo, uma vez que o número de município foi de 722 para 853 em pouco mais de uma década. O presente trabalho teve por objetivos apurar a eficiência técnica na orientação produto dos municípios do Estado de Minas Gerais, comparar a eficiência técnica desses municípios por mesorregiões, bem como avaliar a eficiência dos municípios mineiros emanci-

padados pós Constituição Federal de 1988 em relação aos municípios mineiros emancipados antes da referida Constituição, além de comparar a eficiência técnica entre os municípios mineiros emancipados antes e pós Constituição Federal de 1988 por mesorregiões. Este trabalho teve como referência os 853 municípios que fazem parte do Estado de Minas Gerais. Contudo, considerando a disponibilidade de dados no período de 2004, foram selecionados 836 municípios, correspondendo a aproximadamente 98 % do Estado. Os dados foram coletados junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), base Fimbra 2004, e ao IMRS- Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Para mensurar a eficiência dos municípios mineiros, utilizou-se a metodologia DEA –Análise Envolvória de dados com orientação produto. Com base nos resultados analisados, constatou-se que 618 municípios, 74% da amostra, foram considerados eficientes, e 218 municípios, 26% da amostra, foram considerados ineficientes. Contatou-se que os municípios mineiros emancipados pós 1988 apresentaram maior participação per capita nas receitas de transferência e menor geração de receitas próprias. A mesorregião Norte de Minas apresentou a pior média no escore de eficiência e a maior concentração de municípios emancipados pós Constituição Federal de 1988. Considerando que 56% dos municípios mineiros emancipados pós Constituição Federal de 1988 foram considerados ineficientes e que apenas 21% dos emancipados antes de 1988 se enquadram na mesma condição, conclui-se que o grupo de municípios emancipados antes de 1988 apresenta melhores condições de vida para a popu-

lação, ou seja, com base nos resultados obtidos a descentralização político-administrativa ocorrida no Brasil pela emancipação de novos municípios não produziu neles um melhor desempenho dos serviços públicos.

Título: Eficiência na Alocação de Recursos Públicos e Qualidade de Vida nos Municípios Mineiros

Autora: Ambrozina de Abreu Pereira Silva

Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira

Data da defesa: dezembro de 2009

A Constituição Federal de 1988 impulsionou e formalizou o processo de descentralização, a partir de então os municípios passaram a ter papel mais significativo na administração pública na organização e na prestação de serviços públicos de interesse local. Assim, a eficácia das ações por parte do governo local voltadas para o provimento da educação, saúde, habitação, serviços de interesse social relevantes para a melhoria da qualidade de vida da população está vinculada à eficiência na gestão e aplicabilidade destes recursos. A descentralização possibilitou também maior participação e envolvimento da população, que passou a ser parceira e agente fiscalizador da administração pública no provimento desses direitos. Entretanto, as informações disponíveis sobre gastos públicos e indicadores de resultado são tratadas de forma isolada, e a dificuldade de estabelecer análise comparativa entre as variáveis dificulta a

avaliação efetiva da eficiência da provisão de serviços públicos. Avaliar os princípios de alocação eficiente, distribuição e efetiva aplicação dos recursos públicos é extremamente necessário no sentido de desenvolver políticas que ampliem a utilização destes serviços pela sociedade, bem como na avaliação da gestão social do poder público municipal, possibilitando à população acesso a informações. Nesta direção, os índices e indicadores sociais têm sido amplamente utilizados por setores da sociedade por sua capacidade de resumir aspectos importantes sobre as condições de vida das pessoas e avaliar mudanças ocorridas ao longo do tempo. Embora tenha ocorrido nos últimos anos uma tendência de se criarem indicadores sintéticos, capazes de resumir informações em um único índice, contemplando diversos temas, alguns de aspecto socioeconômico da vida humana, como qualidade de vida, estes índices não têm levado em consideração o desempenho dos demais municípios. Visando a corrigir esta lacuna, foi proposto o Índice de Promoção de Qualidade de Vida (IPQV). Os indicadores procuram refletir uma realidade e são poderosos refletores dos fenômenos percebidos. Logo, a partir do IPQV, um índice sintético, é possível denotar os esforços de convergência dos gestores municipais nos diversos aspectos da Qualidade de Vida, como educação, saúde e habitação, explicitando as disparidades existentes entre as regiões no Estado de Minas Gerais. Tendo em vista o exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar a Eficiência na Alocação de Recursos Públicos e Qualidade de Vida nos Municípios de Minas. Especificamente, objetivou-se analisar a eficiência na alo-

cação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em Minas Gerais; construir o Índice de Promoção de Qualidade de Vida (IPQV) a partir da abordagem de desempenho relativo para o estado de Minas Gerais; e caracterizar os municípios mineiros, a partir da criação de grupos de desempenho por qualidade de vida no Estado. Para tanto, foram utilizados dados secundários obtidos junto ao IBGE, DATASUS, INEP, IMRS e STN, no período de 2000 e 2004. Os dados foram operacionalizados pela Análise Envoltória de Dados, correlação, teste de médias e análise de clusters. Os resultados apontam um lapso de eficiência na alocação de recursos em municípios mineiros. Observou-se também que em Minas Gerais houve decréscimo na capacidade dos municípios em gerar qualidade de vida no ano 2004, quando comparado ao ano 2000, mensurada pelo IPQV. Ficou confirmada a existência de disparidades inter e intrarregional, gerando a necessidade da criação de novo agrupamento em alternativa ao geográfico, tendo sido criados três grupos de desempenho por qualidade de vida no Estado, grupos com “alto desempenho”, “médio desempenho” e “baixo desempenho”. Espera-se que este estudo possa auxiliar a administração pública na tomada de decisão na alocação dos recursos públicos visando à melhoria na qualidade de vida da população.

Título: Uma abordagem evolucionária do APL moveleiro de Ubá: Competitividade e Políticas Públicas estratificadas

Autora: Andréia Aparecida Albino

Orientador: Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima

Data da defesa: dezembro de 2009

As aglomerações industriais têm se mostrado uma alternativa ao desenvolvimento das localidades, por gerarem benefícios sociais pelo surgimento de um conjunto de serviços e fornecedores em nível local. As empresas participantes dessas aglomerações reforçam sua posição competitiva ao privilegiar relacionamentos de cooperação nos Arranjos Produtivos Locais – APLs. Tal participação gera aproveitamento de sinergias coletivas e fortalece as chances de sobrevivência e crescimento das empresas, o que pode estar relacionado a políticas públicas que objetivam o desenvolvimento regional. Entretanto, as empresas em um APL, normalmente, apresentam variações de padrões e as políticas públicas de apoio a tais atividades nem sempre são direcionadas para as reais necessidades das empresas, por não considerarem suas especificidades. Várias abordagens têm sido utilizadas no estudo dos APLs, porém elas não captam as diversidades internas das empresas. Este trabalho tem como proposta adotar uma metodologia para captar tais diversidades. A pesquisa adotou o APL moveleiro de Ubá como objeto de estudo e objetivou analisar os fatores da sua dinâmica competitiva, de modo a identificar os padrões que condicionam a estratificação. A partir de princípios evolucionários, estudou-se a dinâmica competitiva do referido APL por meio da estratificação das firmas em três grupos: *forging ahead*, *catching-up* e *falling back*. Com o reconhecimento de grupos com características distintas, procurou-se identificar os elementos constituintes das políticas públicas que

podem ser mais bem assimilados pelos mesmos. O conceito de Cadeia de Valor foi utilizado como instrumento analítico das empresas neste estudo de caso que teve caráter descritivo e abordagem qualitativa e quantitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados formulários com empresários do setor. Os dados das entrevistas foram tratados pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados permitiram confirmar a premissa da estratificação no APL moveleiro de Ubá. Foram identificados os fatores processo produtivo, produto, mercado e gestão como os principais elementos capazes de promover diferenciação entre as empresas dos grupos. Quanto ao apoio do Poder Público, foram identificadas ações de caráter abrangente, que atenderiam ao APL como um todo, bem como ações direcionadas aos grupos. Para o primeiro grupo, destaca-se a necessidade de investimentos em escolas de design e de financiamento para aquisição de tecnologia. Para o segundo grupo, defende-se a importância de se facilitar o processo de tomada de financiamentos, apoiar a criação e aquisição de softwares para o setor, apoiar a participação em feiras e eventos, bem como a participação no mercado externo. Para o terceiro grupo, defende-se o apoio para melhoria das instalações e da tecnologia, investimento no treinamento gerencial, cursos de formação de mão de obra, agilização dos processos de adequação da legislação e subsídio governamental para participação em feiras e eventos. Espera-se que este trabalho sirva como base para o entendimento das demandas do APL. Sugere-se investigar futuramente se essas demandas foram atendidas e se

as políticas foram bem assimiladas pelos grupos. A pesquisa também apresenta contribuições que podem auxiliar na melhoria gerencial das empresas a partir da exposição de pontos em que elas se destacam e outros em que necessitam de aprimoramento.

Título: Análise do Ambiente Institucional e Técnico para a Transferência de Conhecimento: o caso da UFJF

Autora: Anna Paola Esteves de Faria Pinto

Orientador: Ricardo Corrêa Gomes

Data da defesa: outubro de 2009

Esta dissertação apresenta uma descrição e análise do ambiente institucional e técnico constituído para a transferência de conhecimento de uma Ifes, remodelado com a promulgação e regulamentação da Lei de Inovação (2004). Foi elaborada uma revisão dos aspectos históricos que apontam a inovação como propulsora do desenvolvimento econômico de países, que permitiu identificar fatores que influenciam diretrizes constitucionais de um ambiente capaz de promover inovação. A abordagem evolucionista (NELSON; WINTER, 1982) caracteriza inovação como um processo dependente da interação entre vários atores e fatores que vai determinar o conhecimento e a tecnologia desenvolvida, que afeta a trajetória futura da mudança econômica. Na abordagem de sistema de inovação (FURTADO, 1964; LUNDVALL, 1992), o fomento ao desenvolvimento econômico pressupõe a ação múltipla e coordenada de elementos essenciais:

o governo, a estrutura produtiva e a infraestrutura científica e tecnológica. A estrutura destas entidades e, portanto, das universidades se delinea com a dinâmica do sistema. Neste estudo de caso da UFJF, o órgão para realizar a gestão da transferência de conhecimento foi criado em 1995 com os mesmos pressupostos da Lei de Inovação. A pesquisa foi elaborada com base no estudo de Gomes (2003, 2007, 2009b) no que se refere à abordagem de estrutura organizacional e seu ambiente institucional e técnico, apoiado nas perspectivas do Institucionalismo (DIMAGGIO; POWELL, 1983) para analisar a legitimidade do processo no ambiente, e da Dependência de Recursos (PFEFFER; SALANCIK, 1978) para averiguar influências de atores externos na alocação de recursos. Amparada pela Teoria dos Stakeholders (FREEMAN, 1984), foi possível identificar a influência dos atores (GOMES, 2009b) na estruturação do ambiente, quando se verificou que o ambiente para a transferência de conhecimentos da UFJF ainda não está delineado para proporcionar um desempenho de acordo com sua produção científica, havendo centralização de poderes na tomada de decisões, e práticas isoladas são adotadas para promover seu aperfeiçoamento em parceria com outros atores.

Título: A Política Nacional de Habitação de Interesse Social: estudos da avaliação de resultados

Autora: Cássia do Carmo Pires Fernandes

Orientadora: Suely de Fátima Ramos Silveira

Data da defesa: dezembro de 2009

Diante do déficit habitacional no Brasil e da considerável concentração populacional na faixa de renda de até três salários mínimos, observa-se a necessidade de uma política habitacional para atender a tal demanda. Como proposta do governo federal, identifica-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social composto por programas e ações, que serão objetos desta investigação. Como primeiro objetivo, busca-se apresentar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, o contexto do problema da habitação no Brasil, a partir de um resgate histórico, na perspectiva de iniciativas de políticas públicas. No Artigo II, o propósito é identificar e analisar os investimentos federais por programa e a eficiência das Unidades da Federação na alocação dos recursos, ou seja, mensurar a relação entre investimentos (inputs), número de habitações construídas e redução do déficit (outputs). Em seguida, visando a delinear o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas e avaliar os resultados e a focalização de um programa, desenvolve-se um estudo de caso do Programa Habitacional “Carta de Crédito Associativo” no município de Cajuri, Minas Gerais. Os Artigos II e III são de natureza quantitativa, e as análises por métodos estatísticos. A quarta fase da pesquisa visa a compreender as representações dos gestores da SNH sobre a política habitacional, sendo de natureza qualitativa, e o tratamento dos dados por análise de conteúdo. A análise desenvolvida nos quatro artigos deste estudo possibilitou delinear parte do contexto objetivo e subjetivo da política nacional de habitação. Para que

os programas apresentem melhores desempenhos, alcancem a eficiência, ações de desenvolvimento institucional e apoio técnico às UFs e aos municípios são urgentes. Tal demanda se encontra presente na agenda governamental através de um Departamento específico, o DICT, no âmbito da SNH. Considerando que a própria criação do Ministério das Cidades é recente e se encontra num processo de consolidação de sua capacidade interna de gestão, são esperados para um futuro próximo a proposição de ações mais enfáticas e seu controle, para que os demais entes federados cumpram também o seu papel de garantidores de direitos.

MESTRADO EM ECONOMIA

Título: Inserção e rendimentos no mercado de trabalho brasileiro

Autor: Gilnei Costa Santos

Orientadora: Rosa Maria Olivera Fontes

Data da Defesa: julho de 2009

Vários são os fatores que afetam os rendimentos de um indivíduo, como a distribuição de renda no país, o estoque de capital humano ou questões não relacionadas à produtividade, como o sexo, raça ou a região em que a pessoa reside. No entanto, deve-se considerar que boa parte da renda dos indivíduos é proveniente do trabalho. Neste sentido, os fatores citados, ao menos indiretamente, são afetados pelo mercado de trabalho. O objetivo da presente pesquisa consiste em analisar o comportamento do

mercado de trabalho brasileiro, nos anos recentes, sob a perspectiva tanto da entrada do indivíduo no mercado como sob a ótica dos rendimentos obtidos, utilizando variáveis relacionadas ao gênero, raça, região geográfica e vulnerabilidade, como, por exemplo, número de crianças na família ou mãe solteira. A base de dados são os microdados da PNAD nos anos de 2002 e 2007, cuja característica de amostra complexa foi considerada para não viesar os estimadores. A metodologia adotada é o procedimento de Heckman, visando a evitar o viés de seletividade.

Os resultados indicaram traços de segmentação no mercado de trabalho brasileiro e no mercado de trabalho rural, por gênero e raça ou cor. Em termos de cor ou raça, apesar de não se verificar empecilhos à entrada no mercado rural, observa-se que os negros têm, em média, rendimentos mais baixos que os brancos. Por outro lado, para o mercado de trabalho como um todo, negros e pardos apresentaram maior probabilidade de estarem economicamente ativos do que brancos, contudo, com retornos consideravelmente menores do que os dos brancos, sugerindo que os pardos e negros possuem salários reserva mais baixos. Quando o mercado é analisado pelo gênero, os resultados mostram que, apesar de as mulheres possuírem um nível de qualificação médio maior que o dos homens, observa-se que o rendimento destes tende a ser significativamente mais elevado do que o do sexo feminino para os indivíduos situados no meio rural. O mesmo ocorre quando se considera o mercado de trabalho sem o corte do rural. Ademais, a desigualdade de renda

é mais elevada entre as mulheres, assim como os níveis de pobreza, quando se considera o mercado de trabalho como um todo. Uma explicação para isso está relacionada às atividades desenvolvidas por homens e mulheres. Historicamente ocupações de baixo rendimento, como o trabalho doméstico, estão associadas ao sexo feminino, o que é verificado na presente pesquisa, em que a grande maioria dos indivíduos ocupados em trabalhos domésticos são mulheres. Analisando-se os diferenciais entre mães solteiras e as demais mulheres, verifica-se que as primeiras têm maior probabilidade de estarem no mercado rural, mas com rendimentos menores do que as demais mulheres, sugerindo que o salário reserva das mães solteiras é consideravelmente menor. Estes resultados apontam para um agravamento na situação das mulheres no mercado de trabalho rural. Ou seja, além das indicações de discriminação por gênero, existe ainda uma propagação do que se pode chamar de hiato de renda entre mães solteiras e as demais mulheres no meio rural. Finalmente, quanto à variável educação, cada ano adicional investido em qualificação eleva a probabilidade de o indivíduo estar empregado no mercado de trabalho como um todo. No mercado de trabalho rural, cada ano adicional aumenta a probabilidade de as mulheres estarem empregadas, enquanto para os homens a qualificação formal não mostra significância estatística. Relacionando educação e rendimentos, os resultados sugerem que investimentos em qualificação formal são uma das principais fontes de geração de renda, principalmente para os homens. Outrossim, a proxy de experiência apresentou uma trajetória

parabólica, sugerindo que o capital humano se deprecia ao longo do tempo.

Título: Um estudo do bem-estar socioeconômico no assentamento São Francisco em Burtizeiro - MG

Autora: Nayana Rosa Freire

Orientador: Eloy Alves Filho

Data da Defesa: agosto de 2009

Este trabalho buscou obter uma visão da trajetória do Assentamento São Francisco em Burtizeiro - MG, tendo em vista dois momentos: o primeiro, antes dos agricultores se tornarem assentados, e o segundo mostra o perfil após a nova situação fundiária. Pretendeu-se assim saber: (i) Qual a trajetória identitária anterior e posterior à constituição do Assentamento São Francisco: de lavradores a trabalhadores rurais; de trabalhadores rurais a posseiros “sem-terra”; de posseiros a acampados; de acampados a assentados; de assentados à “comunidade São Francisco”? (ii) Em que medida a posse e a propriedade da terra possibilitaram melhorias das condições de vida e do bem-estar social e econômico dos assentados? O presente trabalho nos mostra que a trajetória traçada pelos assentados foi marcada pela transformação de “herdeiros” de uma terra sem dono para trabalhadores, em seguida, posseiros até a denominação de proprietários. Como consequência a essa conquista, foram adquiridos alguns recursos voltados à infra-estrutura e à produção. Entretanto, essas aquisições ainda não proporcionaram uma evolução de forma que se pudesse verificar um nível de bem-estar considerado

satisfatório, tendo em vista que o Índice de Bem-estar Econômico e Social do Assentamento é considerado médio (0,53). Este estudo apresenta o perfil socio-econômico do Assentamento São Francisco e assim gera um diagnóstico que pode auxiliar na promoção de projetos de desenvolvimento voltados a este assentamento e a outros com a mesma estrutura.

Título: Crescimento econômico e emissão de CO₂ por combustíveis fósseis: uma análise da hipótese da Curva de Kuznets Ambiental

Autor: Jamilsen de Freitas Santos

Orientadora: Elaine Aparecida Fernandes

Data da Defesa: setembro de 2009

A preocupação contemporânea com o meio ambiente leva a questionamentos quanto aos efeitos do crescimento econômico na degradação do ambiente natural e quanto à sustentabilidade do modelo de desenvolvimento. O aquecimento global é um dos problemas ambientais de maior importância da atualidade, e sua principal causa é o aumento das emissões de dióxido de carbono no mundo. Este trabalho propõe verificar empiricamente a curva que melhor representa a relação entre emissão de CO₂ por combustíveis fósseis e PIB para 13 países e fazer previsões das emissões brasileiras para as próximas décadas, utilizando a relação encontrada. A maioria dos estudos acerca do crescimento econômico e das emissões de CO₂ especula sobre a existência de uma curva em formato de U invertido, chamada

de Curva de Kuznets Ambiental (CKA), para representar a relação entre as duas variáveis. A hipótese da CKA defende que o crescimento econômico, a princípio, aumentaria a degradação ambiental, mas após atingir um ponto máximo esta degradação tenderia a diminuir com o aumento da renda. Um argumento para este comportamento é que nas fases iniciais do desenvolvimento econômico há a mobilidade de uma economia agrária “limpa” para uma economia industrial intensiva em poluição e, posteriormente, para uma economia de serviços “limpos” (ARROW et al., 1995). Entretanto, após alguns anos do surgimento da CKA, surgem diversos trabalhos buscando fazer verificações mais rigorosas da Curva. Harbaugh et al. (2001) sugerem que a evidência empírica da CKA é menos robusta do que parece, tomando como base o trabalho de Grossman e Krueger (1995). Estes autores afirmam que os resultados podem mudar com poucas alterações nas amostras, nas especificações prévias das variáveis ou no modelo utilizado. A crítica se fortalece no caso do dióxido de carbono como variável de degradação ambiental, fazendo o trabalho de Berrens et al. (2007) uma meta-análise da CKA com 588 observações de 77 trabalhos, mostrando que apenas 27% dos estudos estimaram um ponto de reversão, e o formato de U-invertido não foi significativo para o caso do dióxido de carbono. Dada a heterogeneidade do debate, o presente estudo testou diferentes formas funcionais que relacionam crescimento econômico com emissões de gás carbônico por combustíveis fósseis, para isso foram empregadas técnicas de regressão com dados em painel. As previsões das emissões

brasileiras nas próximas décadas foram feitas utilizando-se a função estimada anteriormente juntamente com projeções de população e PIB obtidas em fontes secundárias. Os resultados indicam que a relação para os países observados, como um todo, tem a forma logarítmica, crescendo a taxas decrescentes. A partir dos resultados encontrados, é possível inferir que o crescimento econômico por si só não é capaz de promover um desenvolvimento sustentável em termos de emissões de dióxido de carbono. No caso brasileiro, políticas de redução de CO₂ devem ser implementadas com urgência para promover a sustentabilidade ambiental. Considerando que a partir da década de 2020, as emissões por combustíveis fósseis nacionais deixam de ser sustentáveis, uma medida preventiva seria o estímulo a investimentos em novas tecnologias poupadoras de recursos naturais não-renováveis.

Título: Eficiência produtiva e indicadores financeiros das empresas moveleiras de Ubá-MG

Autor: Gillian Del Puppo Alves

Orientador: Adriano Provezano Gomes

Data da Defesa: outubro de 2009

O setor moveleiro de Ubá-MG, que possui grande importância no cenário nacional, é a principal atividade da região, responsável por muitos empregos diretos e indiretos, provocando o aquecimento da economia regional. Assim, a busca por eficiência produtiva nas empresas e a correção de possíveis ineficiências se tornam uma importante forma de proporcionar o

desenvolvimento econômico e social na região. Este trabalho busca diagnosticar empresas com ineficiências produtivas, identificando os respectivos benchmarks, relacionando com indicadores financeiros, além de apontar as principais variáveis que discriminam as empresas quanto à eficiência na alocação de recursos. Os resultados foram obtidos utilizando um modelo de análise não paramétrica conhecido como Análise Envoltória de Dados (DEA), com retornos variáveis e orientação a insumos. Para análise financeira, foram utilizados os indicadores taxa de retorno sobre o investimento, margem líquida, giro do ativo, liquidez geral, liquidez corrente e índice de endividamento geral. Para verificar as variáveis que discriminam os grupos de empresas eficientes e ineficientes, adotou-se a análise discriminante. Os dados foram coletados através de questionários que foram aplicados a 42 empresas associadas ao Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá (Intersind), localizadas em Ubá e cidades vizinhas, no período de janeiro a março de 2009. Os principais resultados obtidos foram: um grande número de empresas se apresenta eficiente tecnicamente; empresas ditas eficientes utilizaram em maior intensidade todos os insumos considerados na análise; as micro e médias empresas em sua maioria são eficientes; a linha de produção dos estofados foi a que apresentou o maior percentual de empresas eficientes; 46% das microempresas se encontram em escala crescente de produção, apresentando necessidade de investimentos e buscando economia de escala; nenhuma média empresa possui escala crescente, ou seja, não é

recomendado aumento de sua produção; e a maioria das pequenas empresas se encontra em escala ótima. Para que as empresas ineficientes busquem a fronteira de eficiência, é necessário uma redução aproximada de 10% no uso dos insumos e de 20% nos gastos com energia elétrica. Analisando-se apenas as empresas ineficientes, as microempresas apresentam a menor necessidade de redução, enquanto as médias apresentam a maior necessidade em todos os grupos de gastos. Após feita a projeção para a fronteira de eficiência das empresas ineficientes, verificou-se aumento expressivo nos indicadores de margem líquida e da taxa de retorno sobre investimento, em consequência do aumento da lucratividade das empresas. As variáveis que discriminam os grupos de empresas eficientes e ineficientes são: índice de endividamento geral, treinamento de pessoal, gastos com energia, giro do ativo, existência da empresa e o faturamento bruto anual

Dessa forma, o trabalho buscou mostrar que mesmo o polo sendo tão importante para a região, existem gargalos que impossibilitam maior desenvolvimento regional, sendo necessários novas medidas e investimentos que proporcionem maior eficiência das empresas quanto à alocação de seus recursos. O trabalho mostrou que uma das formas de se tornar mais eficientes em relação à alocação dos recursos é investir em desenvolvimento e treinamento de pessoal, para se tornar mais competitiva no mercado moveleiro.

Titulo: Eficiência produtiva de usinas de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo

Autor: Marcelo Guedes Pachiel

Orientador: Adriano Provezano Gomes

Data da Defesa: outubro de 2009

O setor da cana-de-açúcar nacional possui grande importância econômica, social e ambiental, sendo grande gerador de ocupação no meio rural, com geração de divisas e produção de energia renovável e limpa. Em 2007, gerou 4 milhões de empregos, beneficiando mil municípios e recolhendo R\$ 12 bilhões aos cofres públicos. A crescente demanda pelos derivados do produto exige das usinas planejar o tamanho de sua operação e também sua alocação de recursos, uma vez que o mercado tem se tornado mais competitivo, gerando crescentes lucros e atraindo a entrada de novas empresas. Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar a eficiência de dezesseis usinas beneficiadoras de cana-de-açúcar do estado de São Paulo, maior produtor do País, na safra 2006/07. Para este procedimento, utilizou-se a Análise Envoltória de Dados (DEA), capaz de quantificar a eficiência produtiva das empresas que a constituem, de forma a auxiliar na detecção de ineficiências e fornecer parâmetros para se tornarem eficientes, caso dos benchmarkings. Os principais resultados encontrados foram que as usinas apresentam diferentes relações entre seus insumos - estoques, imobilizado e salários - e o produto - receita de vendas. Desta maneira, comparativamente às demais, seis se revelaram eficientes tecnicamente, enquanto dez não utilizaram seus recursos da melhor maneira possível, sendo classificadas de ineficientes. No que diz respeito à

eficiência de escala, a quantidade de empresas que souberam identificar e atuar no ponto de custo médio mínimo foi de apenas quatro, que revelando que doze não estavam operando com retornos constantes. Concluiu-se que as usinas que beneficiam cana e são eficientes estão agindo de forma mais racional do que as outras, alocando seus recursos e produzindo adequadamente, refletindo em maior retorno financeiro, verificado pelos indicadores de desempenho, aliado a menores custos médios. Já as empresas ineficientes não agiram de forma a evitar desperdícios de insumos ou de atuar acima do ponto de custo médio mínimo. Portanto, verificou-se a necessidade de as usinas ineficientes levarem em consideração seus benchmarkings, de forma a alocar corretamente seus insumos e trabalhar no nível ótimo, permitindo que elas se tornem eficientes, possibilitando-lhes maior competitividade no mercado e maior rentabilidade de seus fatores.

Título: Ensaio sobre o rendimento rural e urbano no Brasil, 1981-2007

Autora: Patrícia de Melo Abrita Bastos

Orientadora: Silvia Harumi Toyoshima

Data da Defesa: outubro de 2009

O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução das diferenças do rendimento do trabalho entre o meio rural e meio urbano, devido às transformações do emprego no campo e na cidade, no período 1981-2007. Para isso foram elaborados dois artigos, tendo como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

(PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O primeiro artigo estimou os determinantes dos rendimentos das pessoas ocupadas residentes no meio rural e no meio urbano, separadamente, por meio da equação de rendimento, uma metodologia de estatística paramétrica. O segundo calculou a fronteira de eficiência do trabalho da população dos estados brasileiros, tendo sido feito também o corte entre o rural e o urbano a partir da Análise Envoltória dos Dados – DEA, caracterizada como técnica não paramétrica. Verificou-se que o rural apresenta características quanto à renda ainda desfavoráveis em relação ao urbano. Em média, o trabalhador rural, independentemente do ramo de atividade, agrícola ou não-agrícola, recebe a metade da renda do trabalhador urbano. Entretanto, em relação a outros aspectos, como horas trabalhadas, limiar da educação e do impacto da posição na ocupação no retorno da renda do trabalhador residente no meio rural, observou-se convergência em 2007, caracterizando maior aproximação destes espaços. O meio rural também se aproximou do urbano nas análises de eficiência, sendo que nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste o diferencial de eficiência diminuiu expressivamente, de cerca de 100% para próximo de 30%. Coerentemente com tal resultado, constatou-se aumento da produtividade mais expressivo no meio rural por meio do índice de Malmquist. Os resultados sugerem, assim, que as políticas públicas deveriam dar maior atenção ao meio rural brasileiro no que se refere à renda do trabalho para que os trabalhadores sejam remunerados de acordo com a atividade que desem-

penham, amenizando a segmentação de mercado, principalmente no norte e nordeste onde a eficiência do trabalho urbano é quase o dobro do rural.

Título: Contribuições de campanha e rede de influência entre grupos de interesses e agentes do Congresso Nacional

Autora: Larissa Barbosa Cardoso

Orientador: Geraldo Edmundo Silva Júnior

Data da Defesa: novembro de 2009

A influência política e a formação de grupos de interesse estão entre os principais temas na agenda científica em macroeconomia política. O conhecimento do processo de formação, identificação dos grupos de interesse e sua influência sobre agentes são cruciais para uma análise criteriosa da interação entre as relações econômicas e políticas. Buscando contribuir para essa linha de estudos, o presente trabalho verifica como as relações entre agentes, considerados aqui os deputados e senadores, nas eleições de 2002 e 2006, interagem com os principais, definidos como os setores de atividade econômica. Para tanto, utilizou-se o modelo agente-principal proposto por Laffont e Martimort (2002) para o caso de muitos agentes e muitos principais, associado ao método de análise de redes sociais, mais especificamente à técnica de blockmodels. Os resultados mostram que nos anos de 2002 a 2006, um padrão de similitude foi identificado, com alterações basicamente no número de principais. Evidenciou-se um aumento significativo da quantidade de principais

entre os anos eleitorais em análise, o que contribuiu para a ampliação do valor das contribuições recebidas no ano de 2006. Observou-se que tal aumento tem implicações sobre a conectividade dos atores considerados, de maneira que a baixa conectividade verificada entre os setores no ano de 2006, por exemplo, respalda um maior gasto e um maior controle dos congressistas com vistas ao desenho de um mecanismo ótimo. Mas, pautando-se no resultado, que foi significativo, verificou-se que existe algum mecanismo de seleção privilegiado por setores, seja pelo acesso a recursos e informações, seja pela existência de programas mais tradicionais. Adicionalmente, o estudo aponta para implicações teóricas e práticas, destacando possibilidades de estudos futuros.

Título: Índice de qualidade socioambiental para o Estado de Minas Gerais

Autora: Françoise de Fátima Barbosa

Orientadora: Elaine Aparecida Fernandes

Data da Defesa: dezembro de 2009

O objetivo deste trabalho foi identificar as associações entre qualidade ambiental e qualidade de vida no Estado de Minas Gerais, no ano 2000. Buscou-se, também, quantificar o nível de qualidade ambiental, bem como elaborar um Índice de Desenvolvimento Humano Ambiental que considera a qualidade ambiental no nível de desenvolvimento humano para os municípios de Minas Gerais. O referencial teórico utilizado baseou-se em modelos da economia circular e sustentável e das externalidades.

O procedimento metodológico adotado foi a técnica estatística de análise fatorial, a partir de variáveis selecionadas nos Censos de População, Demográfico e Saneamento Básico 2000, Perfil dos Municípios Brasileiros - Finanças Públicas 1998-2000, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M) 1991 - 2000 do PNUD, Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS, Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Os resultados da análise fatorial para o ano 2000 revelaram, de forma geral, que o estado de Minas Gerais apresentou um elevado percentual de domicílios com automóvel, elevado percentual de pobres e analfabetos e alta longevidade. Ainda, percentual relativamente elevado de cobertura vegetal nativa. Embora as condições de saneamento tenham se revelado adequadas, há que se destacar a alta taxa de mortalidade infantil que pode estar relacionada com as carências do saneamento básico e do elevado percentual de domicílios que não dão ao lixo o destino ou tratamento final adequado. Isso se reflete, por exemplo, no alto número de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias no estado, que, conseqüentemente, acarreta altos gastos com saúde e saneamento.

No que se refere ao Índice de Qualidade Ambiental, os resultados encontrados revelam que o Estado de Minas Gerais possui um IQA médio de 0,51, indicando que a qualidade ambiental está 49 pontos percentuais abaixo do máximo (100%). Aproximadamente 42% dos municípios apresentaram IQA abaixo da média e 35 muni-

cípios apresentaram índice de qualidade ambiental abaixo de 0,26.

Para a construção do IDH Ambiental de Minas Gerais, utilizaram-se as dimensões econômica (renda per capita), social (educação e saúde) e ambiental (qualidade ambiental) com o principal objetivo de identificar o nível de desenvolvimento humano do Estado, incorporando, na análise, o meio ambiente. O IDH médio do Estado foi de 0,77 e o IDH Ambiental construído para o Estado apresentou valor médio de 0,45. Deste modo, pode-se observar que, ao considerar a qualidade ambiental, o índice de desenvolvimento humano decresceu, o que pode ser um indicativo de que o processo de desenvolvimento econômico e social implicou uma desqualificação ambiental, ou seja, até então, as práticas produtivas não atentaram para a questão da sustentabilidade. Esse fato mostra a importância da dimensão ambiental na construção do IDH. A solução apresentada foi construída com o propósito de auxiliar os formuladores de políticas e instituições de desenvolvimento econômico e social a reconhecer e identificar, de forma mais eficiente, as questões relacionadas à qualidade de vida e ambiental dos municípios de Minas Gerais.

Título: Elaboração de um índice de desenvolvimento socioambiental para o Estado da Bahia

Autor: Leonardo Ventura de Araújo

Orientadora: Elaine Aparecida Fernandes

Data da Defesa: dezembro de 2009

O Estado da Bahia possui um dos

piores indicadores de desenvolvimento humano do Brasil, ao mesmo tempo que seus indicadores de condições ambientais revelam a precariedade dos serviços sanitários no Estado. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi identificar as associações entre qualidade ambiental e qualidade de vida da população baiana no ano 2000. Pretendeu-se, também, quantificar as condições ambientais, bem como elaborar um Índice de Desenvolvimento Ambiental, considerando para sua construção as condições ambientais no Estado. Como estrutura teórica, utilizou-se dos modelos de equilíbrios de materiais, modelos da economia circular e sustentável e das teorias de externalidades. O procedimento analítico constou das técnicas estatísticas de análise fatorial, a partir de variáveis selecionadas nos Censos Demográfico, Agropecuário, da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE para o ano de 2000 e dados da Superintendência de Estudo Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI). Os resultados demonstram que os municípios com melhor ICA estavam na microrregião Ilhéus-Itabuna que tem como característica a alta densidade de matas. E os municípios de menor ICA têm como características o baixo acesso ao serviço de esgotamento sanitário. O Índice de Desenvolvimento Ambiental construído resultou em índice médio igual a 0,21, que está 0,4 pontos abaixo do IDH do IBGE. Dessa maneira, o estudo permitiu concluir que o grau em que se encontram as condições do meio ambiente no Estado constituiu um redutor do nível de desenvolvimento humano. Assim, conclui-se que a população baiana está sujeita aos riscos ambientais

provenientes, principalmente, da má qualidade e disponibilidade dos serviços de saneamento no Estado. Evidencia-se com isso a importância de ponderar as condições ambientais em que a população está inserida na determinação do desenvolvimento humano.

MESTRADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Título: Família, trabalho e religião: Fatores de reintegração do detento? Um estudo comparativo descritivo entre o sistema prisional comum e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

Autora: Adriana de Souza Lima Coutinho

Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto

Data da defesa: julho de 2009

A reintegração dos detentos na sociedade e a diminuição da criminalidade e da reincidência têm sido temas de interesse do Estado e da sociedade. Buscando soluções para a crise dos estabelecimentos prisionais, alternativas como o Método APAC têm sido elaboradas pela sociedade com o objetivo de reintegrar o preso à sociedade. A perspectiva do método APAC têm como premissa a recuperação e a inclusão social dos indivíduos a partir da reconstrução e ressignificação dos seus laços sociais, afetivos e religiosos. Nesse contexto, esta pesquisa buscou analisar os elementos diferenciais entre a metodologia APAC e o sistema prisional

comum, tendo como objetos de análise o Presídio de Viçosa e a APAC de Itaúna, MG. Os sujeitos do estudo foram os detentos, seus familiares e representantes das duas instituições. Os dados foram construídos por entrevistas e observação não participante. Em relação a três dos doze elementos nos quais o método da APAC se apoia – família, trabalho e religião – analisados no presente estudo, evidenciou-se que os fundamentos do método se baseiam em uma ordem moral que se dá, sobretudo, por meio da família e da religião, com resultados ainda pouco expressivos nos aspectos relacionados à inserção dos detentos no mercado de trabalho e à qualificação pela educação. Não se pode dizer dos efeitos e contribuições dessas ações para a não reincidência ou para o não envolvimento dos ex-detentos no mundo do crime. Os resultados apontaram que, para que a capacitação profissional aconteça de maneira eficaz tanto na APAC quanto no Presídio, é necessário um direcionamento para a demanda de mercado. Constatamos que os laços com a família podem se colocar como um importante apoio aos ex-detentos, contudo, a família nem sempre deve ser compreendida como uma referência positiva para a mudança de vida. Acerca do vínculo religioso, muitos reclusos utilizavam a religião como válvula de escape para os problemas vivenciados no mundo do crime. No entanto, para aqueles que incorporavam os valores e as práticas religiosas nas duas instituições, a religiosidade podia ser um fortalecedor da perspectiva de mudança de vida. O estudo evidenciou que, além dos aspectos individuais, a inclusão social dos ex-detentos deve ser percebida no

âmbito das políticas públicas, a partir de ações que tenham como perspectivas mudanças das relações sociais e das contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista. É necessário também o apoio da sociedade, a partir de oportunidades de emprego e diminuição do preconceito, bem como de encaminhamento ao mercado de trabalho e acompanhamento social após o cumprimento da pena. É esse conjunto de fatores que, associados, possibilitarão a recuperação do detento e, consequentemente, a diminuição da criminalidade e da reincidência.

Título: Salve Maria(s): mulheres na tradição do Congado em Belo Horizonte, MG

Autora: Dalva Maria Soares Soares

Orientadora: Maria de Fátima Lopes

Data da defesa: dezembro de 2009

Os rituais do Reinado de Nossa Senhora do Rosário ou Congado constituem uma das mais importantes expressões da religiosidade e da cultura afro-brasileira presentes em Minas Gerais. O Reinado consiste num ciclo anual de homenagens a Nossa Senhora do Rosário e envolve novenas, levantamento de mastros, procissões, cortejos, corações de reis e rainhas, cumprimento de promessas, leilões, cantos, danças, banquetes coletivos e a entrega de coroas. A mulher sempre esteve presente nos festejos do Reinado, porém ocupando espaços diferenciados dos homens. De maneira geral, a principal função delas na manifestação estava relacionada aos bastidores, na preparação dos banquetes

e na ornamentação da festa. Apesar da existência de um número considerável de grupos de Congado fundados por mulheres, elas não podiam exercer as funções que tradicionalmente cabiam aos homens, como dançar, tocar e chefiar os grupos. Atualmente, constata-se a presença feminina em posições que, até algum tempo atrás, eram exercidas exclusivamente por homens, como dançantes, caixeiras e capitãs. Assim, a proposta deste trabalho foi empreender uma análise da inserção das mulheres nesses espaços. Para tanto, foi feita uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, em que se procurou estabelecer um diálogo entre a Antropologia e a Teoria Feminista. Pela pesquisa, tornou-se possível concluir que o Congado é um espaço marcado por especificidades de gênero e que a ocupação pelas mulheres de lugares mais valorizados demonstra uma reordenação nos espaços de poder na manifestação.

Título: Os arranjos produtivos locais e seus reflexos na família de micro e pequenos confeccionistas de Ubá/MG e microrregião

Autora: Débora Pires Teixeira

Orientadora: Tereza Angélica Bartolomeu

Data da defesa: novembro de 2009

Os arranjos produtivos locais (APLs) têm se configurado como uma das principais políticas de desenvolvimento local/regional brasileiras, por sua capacidade de gerar processos de evolução da sociedade, resultando em desenvolvimento econômico e social,

inclusão e melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. Neste estudo, objetivou-se analisar as repercussões dos APLs de confecções da microrregião de Ubá sobre as famílias dos empresários envolvidos. A pesquisa foi constituída de duas etapas: na primeira etapa, caracterizou-se o processo de fundação do APL, com avaliação dos primeiros três anos de funcionamento do arranjo (2005-2007). Foram entrevistados gestores do APL, uma amostra de 20 confeccionistas, distribuída em dois grupos, de acordo com o grau de participação nas ações do arranjo (lista de presença): grupo A, com alto grau de participação e envolvimento com o APL; e grupo B (controle), com baixo grau de participação e envolvimento com o APL. Na segunda etapa, procurou-se conhecer o grau de envolvimento dos confeccionistas no APL, caracterizar as confecções e as famílias dos empresários e investigar os reflexos do APL nesses dois ambientes. De forma geral, a maioria das ações propostas pelo Plano de Ação em 2005 foi realizada até o ano de 2007. Os confeccionistas do grupo A apresentaram maior grau de envolvimento com o APL, com maior conhecimento do Plano de Ação, e estiveram mais presentes nas ações do arranjo em comparação aos do grupo B. As indústrias, em sua maioria, são micro ou pequenas empresas, existem em média há 15 anos, fabricam peças com base no “jeans” e têm produção voltada para consumidores adultos. A participação dos confeccionistas no APL resultou em melhorias nas confecções, como: estrutura e layout das firmas, acesso a linhas de crédito, qualidade dos produtos, gestão de RH, finanças, capacitação dos

funcionários, relacionamento com a rede de negócios e eficiência energética. Os empresários do grupo A foram os que notaram maior número de melhorias em suas empresas. Na caracterização das famílias dos confeccionistas, a amostra foi classificada, predominantemente, como de modelo nuclear, com chefia masculina, 3,7 pessoas/domicílio, 1,9 filho/família e renda média familiar de 5.450 reais/mês. No grupo A, os reflexos do APL nas famílias foram maiores que no grupo B. Entre estes reflexos, destacam-se alterações no sistema de produção doméstico, permanência nos tempos de trabalho e familiar, distribuição do orçamento familiar, convívio com a família e consumo e qualidade de vida. O grau de participação do confeccionista no APL se reflete diretamente no setor produtivo da confecção e na família dos confeccionistas.

Título: A sociabilidade em condomínios fechados: o caso do Condomínio Residencial Recanto da Serra em Viçosa-MG.

Autora: Josélia Godoy Portugal

Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto

Data da defesa: julho de 2009

A lógica capitalista que produz uma sociedade hierarquicamente organizada também se expressa nos espaços urbanos, compondo territórios para as camadas altas da sociedade e para as camadas baixas. Em um contexto urbano segregado, as famílias que possuem poder aquisitivo maior tendem a se aproximar fisicamente, constituindo

seus espaços de moradia como os condomínios fechados. O objetivo geral de nossa pesquisa foi apreender o significado de morar em condomínio fechado para os seus moradores e as relações que desenvolvem a partir desse espaço em três escalas diferentes: intramuros, com o bairro e com a cidade. Buscamos abordar essa problemática pelo viés das relações sociais e físicas que os moradores estabelecem entre si e com o espaço físico da cidade de Viçosa, MG. Nossa amostra se compôs dos moradores do condomínio Residencial Recanto da Serra. A metodologia contemplou entrevistas com os moradores do condomínio, questionário socioeconômico e observação não participante. Na escala intramuros, identificamos que, mesmo compondo um grupo homogêneo em relação à cidade, no espaço interno do condomínio esses moradores se distinguem fortemente entre si, formando subgrupos e estabelecendo relações de poder. Nas relações estabelecidas com os bairros limítrofes, verificamos que a motivação para os contatos foi de caráter utilitário, não havendo investimento, por parte dos moradores do condomínio, em relações de amizade. Quanto à cidade de Viçosa, os espaços frequentados pelos condôminos, ou seja, aqueles espaços onde se socializam com os de fora do núcleo familiar ou da vizinhança imediata, são marcados pelo signo da segregação, como o shopping, os clubes de lazer, os restaurantes e os espaços escolares. Nesse tipo de configuração de moradia, como os condomínios fechados, as relações que as famílias estabelecem entre si tendem a refletir as relações que estabelecem com a sociedade. No caso de Viçosa

especificamente, é importante pontuar que a cidade tal como se configura hoje, evidenciando cada vez mais a tendência à segregação socioespacial, foi construída historicamente sob o signo da distinção. Ao reconstruirmos o histórico das relações estabelecidas entre os distintos grupos sociais que compõem a sociedade local, percebemos a presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV) como fator de distinção não só pelo capital econômico, mas, principalmente, pelo capital cultural de parcela da população que a ela está diretamente ligada, como os professores. Em nossa pesquisa, constatamos que os moradores do condomínio Recanto da Serra tinham, em sua maioria, suas atividades de trabalho relacionadas com a UFV. Para desenvolvimento local da cidade hoje, um grande desafio é conciliar as potencialidades dessa Instituição, principalmente seu capital humano, com as necessidades de um município que carece de recursos e investimentos, apresentando localizações, como alguns bairros periféricos e a zona rural, com poucas condições de garantir a qualidade de vida de sua população.

Título: Trajetórias, práticas familiares e representações sociais de funcionários da UFV: a escola e o Núcleo de Educação de Adultos

Autora: Kelen Rodrigues da Fonseca Amaral

Orientadora: Lourdes Helena da Silva

Data de defesa: dezembro de 2009.

O objetivo deste trabalho foi compreender as Representações So-

ciais dos Educandos, funcionários da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sobre a escola e o Núcleo de Educação de Adultos (NEAd), como orientadoras de conduta que oferecem indícios sobre a permanência prolongada desses educandos no Núcleo e a relação dessas representações com as experiências de escolarização e as práticas educativas familiares vivenciadas por eles. A investigação desenvolvida constituiu-se numa pesquisa qualitativa. Seguindo essa perspectiva, com o objetivo de caracterização do perfil dos educandos do NEAd, aplicamos um questionário a 81 deles. Em seguida, delimitamos para amostra do estudo aqueles que eram funcionários da UFV, originários do meio rural e com, no mínimo, quatro anos de escolarização formal anterior à inserção no NEAd. Definida a amostra do estudo, com nove sujeitos, iniciamos a etapa de coleta de dados, utilizando os procedimentos técnicos da entrevista semiestruturada. Os dados obtidos foram analisados utilizando os procedimentos da análise de conteúdo. Os resultados apontaram que a representação sobre a escola, no conjunto das interpretações construídas pelos educandos, apresenta uma diversidade de ideias, valores e opiniões. São representações que vinculam a escola às ideias de “aprendizado”, de “ensino” e de “educação”. O NEAd, por sua vez, é representado como uma “oportunidade de estudo”, “qualificação” e “lugar acolhedor”. Os educandos pesquisados tiveram pouca ou nenhuma oportunidade na infância e na adolescência para frequentar a escola, portanto, enxergam no retorno à escolarização uma forte ideia de superação. Esse fato demonstrou ter grande influência em

suas representações sociais sobre a escola e o NEAd. E mesmo tendo sua história marcada pelas interrupções no processo de escolarização, esses sujeitos almejam para seus filhos uma longa carreira escolar, tendo em vista a aquisição de um bom emprego para eles. Nesse sentido, empreenderam ou ainda empreendem, na medida de suas possibilidades, diversas práticas educativas familiares, a fim de alcançarem os objetivos almejados.

Título: Representações de crianças e adolescentes sobre trabalho numa perspectiva piagetiana

Autora: Márcia Onísia da Silva

Orientadora: Maria de Lourdes Mattos Barreto

Data da defesa: outubro de 2009

A construção do conhecimento por crianças e adolescentes tem instigado pesquisas nos mais variados campos. O conhecimento social, que é construído pela transmissão social e pela interação entre o sujeito e o meio em que vive, é de extrema importância para seu desenvolvimento. Esta proposta originou-se de uma experiência de estágio na Educação Infantil, no qual se percebeu que as crianças diferenciavam o trabalho do homem do trabalho da mulher, mas não compreendiam bem o mundo do trabalho. A problemática que apresentamos foi: quais as representações de crianças e adolescentes, na faixa-etária de 4 a 14 anos, sobre trabalho e, se crianças e adolescentes, nesta faixa etária, estabeleciam relações entre trabalho e gênero, distinguindo

as atividades laborais exercidas por homens e mulheres na polarização entre “trabalho masculino” e “trabalho feminino”, conforme a divisão sexual do trabalho presente na nossa sociedade. As hipóteses que nortearam o estudo foram de que crianças e adolescentes criam modelos e representações sobre a categoria trabalho que variam à medida que percorrem os diferentes estágios de desenvolvimento, que não se configuram como meras cópias da realidade, mas são transformados ativamente pelos sujeitos e que crianças e adolescentes na faixa etária de 4 a 14 anos incorporam a polarização da divisão sexual do trabalho vigente em nossa sociedade em “trabalho feminino” e “trabalho masculino”. Os objetivos foram identificar e analisar a gênese das representações sobre a categoria trabalho e sobre a divisão sexual do trabalho, de crianças e adolescentes, na faixa etária entre 4 e 14 anos, de uma escola particular de Viçosa, MG. Utilizamos o Método Clínico Piagetiano, que tem como instrumento de coleta de dados a entrevista clínica, constituída de perguntas abertas e da possibilidade de utilização de material concreto. Constituíram a amostra crianças e adolescentes, na faixa etária de 4 a 14 anos, matriculados em uma escola particular de Viçosa, MG. Construímos o instrumento composto de perguntas abertas e de material concreto com fichas representando atividades laborativas. Na análise dos dados, utilizamos três categorias: conceito de trabalho, trabalho remunerado vs. não remunerado e divisão sexual do trabalho, elaborando-se os níveis de respostas dos sujeitos. Os resultados apontaram que a construção do conhecimento social passa

por fases evolutivas, indo de níveis mais simples para mais elaborados. Nossas hipóteses se confirmaram, uma vez que os dados revelaram mudança evolutiva nas representações de crianças e adolescentes, ressaltando-se que encontramos uma mesma criança em níveis diferentes de compreensão. Distinguimos quatro níveis de compreensão sobre trabalho: Pré-I, I, II e III. Este estudo constituiu-se de uma coorte de uma temática ampla, e novos estudos que busquem mais informações sobre o que pensam crianças e adolescentes sobre trabalho se fazem necessários. É importante conhecer as representações dos sujeitos para que se possa tomar consciência dos valores e princípios repassados às novas gerações, que servem de base para suas construções, evitando-se a cultura do sexismo e a criação de estereótipos, muitas vezes, considerados naturais.

Título: Estudo da representação sobre os recursos monetários e sua relação com o consumo por crianças e adolescentes em uma perspectiva piagetiana

Autora: Mônica Rocha

Orientadora: Maria de Lourdes Mattos Barreto

Data da defesa: outubro de 2009

Crianças e adolescentes vivem num mundo economicamente globalizado e buscam conhecer e explicar sobre tudo o que está à sua volta. Por isso, compreender a forma como as crianças pensam e quais as suas ideias sobre as interfaces do mundo econômico nos permite compreender como constroem esse conhecimento social. Diante disso,

questionou-se como as crianças e os adolescentes de 4 a 13 anos constroem a representação sobre o conhecimento a respeito dos recursos monetários e sua relação com o consumo. A hipótese consistiu em as crianças desde os quatro anos fazerem representações sobre os recursos monetários e sua relação com o consumo. Essas representações se modificam progressivamente à medida que os sujeitos se desenvolvem cognitivamente. Assim, em cada nível de desenvolvimento haverá ideias diferentes sobre os recursos monetários e sua relação com o consumo, norteadas por sua estrutura de pensamento. No entanto, nem todas as crianças do mesmo estágio de desenvolvimento cognitivo estão no mesmo nível de representação deste conhecimento social. O objetivo do estudo foi analisar e descrever as representações das crianças e dos adolescentes de 4 a 13 anos sobre os recursos monetários e suas relações com o consumo. O estudo está ancorado na pesquisa qualitativa, baseado no método clínico piagetiano. A amostra foi composta de 60 estudantes de escolas públicas, sendo 10 sujeitos nas faixas etárias médias de 4, 6, 7, 10, 11 e 13 anos. Para coleta dos dados, foi construída a entrevista clínica, que constou de perguntas básicas e complementares e do material concreto. A análise dos dados partiu do estabelecimento das seguintes categorias: recursos monetários, consumo e relação dinheiro vs consumo. A classificação das respostas dos sujeitos ocorreu por níveis - nível pré-I, nível I, nível II e nível III. Os resultados indicaram que a construção do conhecimento social sobre os recursos monetários e sua relação com o consu-

mo passa por níveis evolutivos, desde os mais simples até os mais complexos, confirmando a hipótese da pesquisa. As crianças do nível pré I representam o dinheiro como sendo as notas e moedas, que se encontram em qualquer loja e servem para comprar. Acompanham seus pais nas compras, mas eles não compram tudo o que as crianças desejam. As crianças do nível I consideram o dinheiro proveniente do banco. Para elas, as moedas e as cédulas são os tipos de recursos utilizados para comprar as coisas. Fazem compras com seus pais, mas os pais não compram tudo o que querem porque não possuem dinheiro suficiente. Para elas, o dinheiro serve para comprar e para guardar. Os sujeitos do nível II representam o dinheiro como meio de pagamento utilizado nas compras e usam as moedas, as cédulas e os cartões fabricados na fábrica de dinheiro. Gostam de realizar compras sozinhas ou com seus pais, mas eles não compram tudo o que desejam porque primeiro compram os produtos alimentícios de que necessitam. O dinheiro possui as funções de comprar, pagar, emprestar e poupar. Para os adolescentes do nível III, o dinheiro é um meio de troca para obter produtos e para isto usam-se cédulas, moedas, cartões e cheque fabricados na fábrica de dinheiro, que está ligada ao Governo Federal. Fazem compras, porém não compram tudo o que querem, pois possuem pouco dinheiro e não podem se endividar. O dinheiro serve de troca por produtos e serviços que procuram consumir e para fazer aplicações e usá-lo futuramente. Pode-se inferir que os sujeitos constroem o conhecimento sobre os recursos monetários e a relação com o consumo a partir de suas experiências

e conforme as possibilidades que suas estruturas cognitivas permitem, pois o conhecimento social é construído a partir da interação e transmissão social. As representações dos sujeitos mostram a evolução de seus conhecimentos, numa progressão contínua, pois os sujeitos mais velhos conseguem explicar suas ideias com mais detalhes dos que os mais novos, que ainda dependem dos aspectos visíveis dos objetos para representar suas ideias.

Título: Representações sobre reprodução humana assistida no discurso parlamentar

Autora: Natália Rodrigues da Silva

Orientadoras: Maria de Fátima Lopes

Data da defesa: Dezembro de 2009

A Reprodução Humana Assistida atualmente é uma alternativa encontrada por muitos homens e mulheres para terem filhos. O surgimento de técnicas principalmente a da fecundação in vitro permitiu novas possibilidades na reprodução até então ausentes para os seres humanos. Dentre elas citam-se a possibilidade de a mulher solteira vir a engravidar sem um enlace amoroso; a reprodução entre casais homossexuais; e a reprodução heteróloga. Embora a Reprodução Humana Assistida seja socialmente aceita, no campo jurídico não há nenhuma lei que disponha sobre a matéria. A investigação apresentada nesta dissertação buscou analisar as ações dos legisladores sobre a maternidade, paternidade e família, com enfoque na reprodução humana assistida. A proble-

mática perpassa pela compreensão do discurso legislativo e jurídico com foco no campo político atual almejando compreender as implicações de gênero presente naqueles discursos. As percepções dos Senadores e Deputados sobre a reprodução assistida atualmente resume-se em projetos que reafirmam a condição da mulher-mãe que seja mais fiel possível à natureza. A técnica da reprodução assistida deverá somente corrigir “defeitos”, anomalias e “doenças” presentes nas mulheres e homens que impeçam que possam realizar os papéis aos quais socialmente lhes são exigidos: às mulheres reproduzir e ao homem ter sua descendência genética

garantida. Desta forma e segundo este “modelo”, a reprodução assistida não seria destinada a todas as mulheres ou a todos os casais. Considerando esse “modelo”, a reprodução assistida seria destinada aos casais heterossexuais e em idade reprodutiva. Com respeito à paternidade, os projetos dispõem de medidas protetivas para resguardá-la, calcados principalmente na naturalização da reprodução. Sobre a família originada das tecnologias reprodutivas há uma preocupação pela formação ser constituída por mãe, pai e filhos e, portanto, a exclusão dos casais homoafetivos e das mães solteiras como beneficiárias.